



NO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

CIMEIRA DE BISSAU



Presidente Ramalho Eanes chega hoje

O general Ramalho Eanes, Presidente da República portuguesa, chega hoje a Bissau, no princípio da tarde, num voo especial. O Presidente português, viaja acompanhado de sua esposa, senhora Maria Manuela Eanes e de uma importante comitiva, encabeçada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Victor Sá Machado que se faz acompanhar também de sua esposa. Durante a sua estadia de dois dias na capital o general Eanes terá conversações com o Presidente

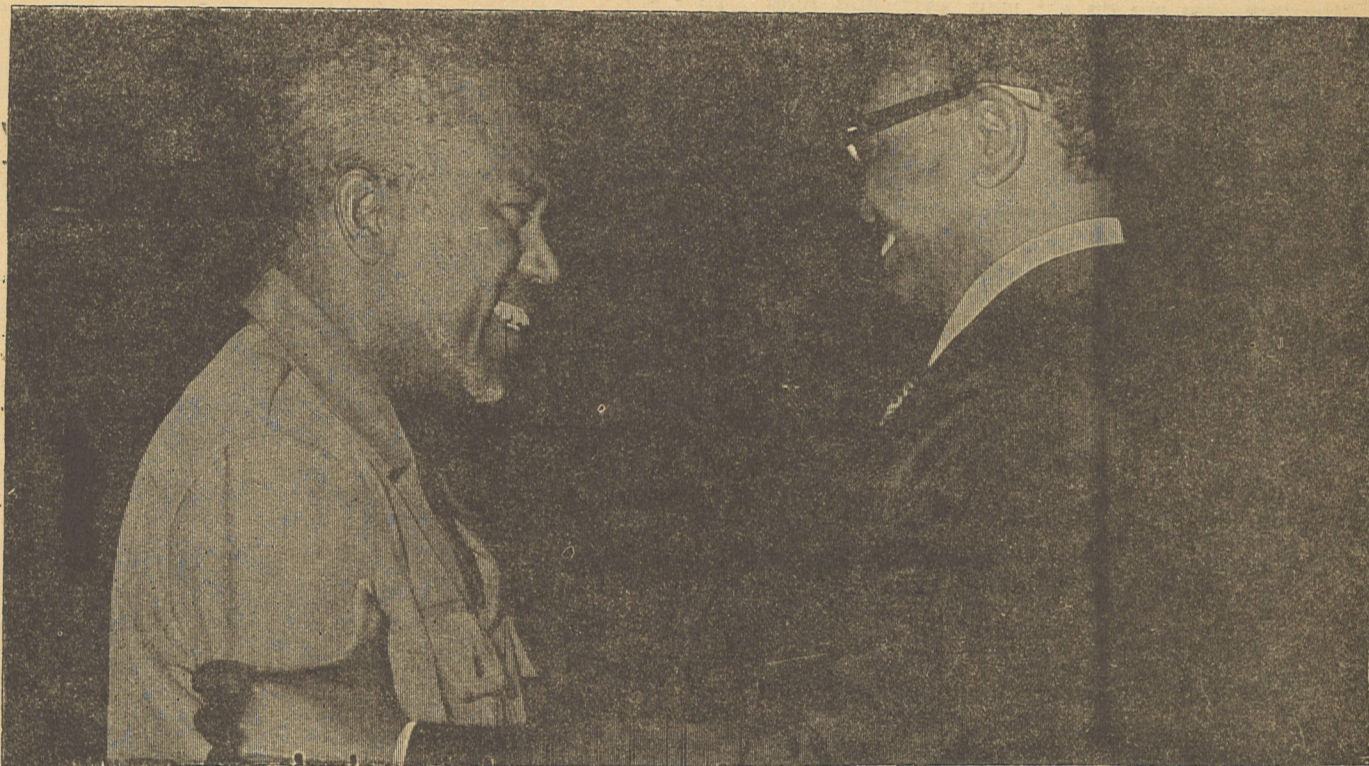
Agostinho Neto, da República Popular de Angola, que regressa hoje de Bubaque, onde se encontra desde ontem, em companhia do camarada Presidente Luiz Cabral, de outros membros do Partido e Estado e comitiva

Até à hora do fecho do nosso jornal, não nos foi possível obter qualquer informação acerca do programa do encontro. Contudo, foi-nos confirmado, por fontes ligadas ao Comissa-

(Continua na página 8)

NORMALIZAR AS RELAÇÕES E ESTABELEÇER A COOPERAÇÃO ENTRE ANGOLA E PORTUGAL

● Agostinho Neto à chegada



«Esta visita reveste-se de particular importância para Angola, porque durante a

minha curta estadia aqui terei a oportunidade de me encontrar com o Presidente da

República Portuguesa, que, como nós, exprimeu o desejo de tro-

miu o desejo de tro-

(Continua na página 8)

Filinto Barros entregou credenciais

O camarada Filinto de Barros, entregou ontem de manhã ao Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, as cartas que o acreditam como novo embaixador da República da Guiné-Bissau em Portugal. A cerimónia de entrega de credenciais teve lugar no Palácio de Belém, em Lisboa.

Levar a democratização da cultura até às suas últimas conseqüências

— Mário de Andrade no seminário do Partido

No Seminário de quadros sobre a popularização e divulgação das principais resoluções do III Congresso que decorre na Associação Comercial Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau, o camarada Mário de Andrade, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Cultura, abordou questões sobre a relação entre a Cultura e o Desenvolvimento e o problema da Identidade Cultural no processo de um de-

senvolvimento harmonioso.

A começar, o camarada Mário de Andrade desenvolveu o tema «luta armada de libertação nacional, acto e factor de cultura» dizendo que a dinâmica de luta foi destruindo as bases ideológicas em que assentava a cultura colonial de importação. Falou depois do papel importante que cabe à cultura no processo de desenvolvimento, salientando que ela é «um componente

essencial desse processo, como ela é do próprio processo histórico.

Sobre as principais resoluções do III Congresso do PAIGC, recentemente realizado em Bissau, no que respeita à cultura afirmou que: «Levar a democratização da cultura até às suas últimas conseqüências é um dos objectivos primordiais do PAIGC».

(VER CENTRAIS)

Argentina-Holanda amanhã em River Plate

A técnica sul-americana contra a força europeia

Amanhã, a Argentina e a Holanda defrontam-se na final que será a quarta de carácter intercontinental em 11 taças do mundo. Até agora há um empate de cinco títulos entre a Europa e a América. Mas a tradição intercontinental é totalmente favorável ao continente americano.

Nos seus três confrontos directos com a Europa pelo troféu, a América do Sul saiu sempre vencedora, preci-

samente com o tri-campeonato do Brasil, frente à Suécia (5-2) em 1958, Checoslováquia (3-1) em 1962, e Itália (4-1) em 1970 no México.

Os europeus nunca ganharam uma final fora do seu continente. O Brasil, por outro lado, rompeu o monopólio territorial da Europa quando se impôs à Suécia no seu estádio em Estocolmo, com o quadro futebo-

(Continua na página 8)

Nem sempre se chumba por não se saber

Camarada Director

Na carta que hoje dedico à coluna DOS LEITORES, venho salientar um assunto que de uma forma mais ou menos indirecta, afecta o avanço cultural de jovens que amanhã poderão ser úteis no processo desta nossa luta pela Reconstrução Nacional.

Como se sabe, no período colonial, os filhos ilegítimos não tinham direito de serem registados pelos pais. São raros os casos em que isto aconteceu.

Muitas dessas crianças, que agora se encontram no período escolar, são vítimas dessa lei, na medida em que se torna impossível fazerem o exame sem terem a certidão.

Agora que estamos no período dos exames, muitas crianças encontram-se aflitas e desmoralizadas por não poderem fazer os seus exames, depois de um ano intenso de trabalho. Nesta situação de aflicção, encontram-se também muitas mães, cujos filhos estão nessas condições.

O nosso Partido, já tomou medidas no sentido de dar uma solução para este problema. Assim, foi aprovado numa sessão da Assembleia Nacional Popular, a Lei dos direitos de família, onde se demonstra claramente a importância que o nosso Partido dá a problemas que existiam na era colonial e que agora mais do que nunca sentimos os seus efeitos.

Não estou bem dentro do assunto, mas penso que nesta situação, têm que ser tomadas medidas urgentes, pois muitas crianças correm o risco de ficar atrasadas um ou até mais anos, pois tudo está dependente da resolução imediata ou não do problema. Para isso, penso que a Educação deveria abrir um **p a r ê n t i s e s** para dar facilidades a essas crianças de poderem fazer os seus exames, pois são miúdos que não têm culpa do ocorrido, e que estão a ser vítimas de uma situação que está em vias de ser solucionada. Mas enquanto isso não acontecer, enquanto não se tomar uma solução definitiva para o problema, penso que se deverá tomar uma posição de emergência perante esta situação que quanto a mim acho de extrema importância.

DETINHA

Carmem Pereira regressou a Bissau

Depois de uma visita à região Norte do país, regressou na quinta-feira a Bissau, a camarada Carmem Pereira, membro do Comité Executivo de Luta e Coordenadora-Geral da Comissão Feminina do PAIGC.

Na última etapa da sua visita, a camarada Carmem Pereira fez uma escala em Cantchungo, onde visitou a Casa de Costura da Comissão Fe-

minina dessa localidade, bem como outros locais, onde a activa participação das mulheres se fez notar.

Tal como aconteceu em Bula, a camarada Carmem Pereira fez uma reunião com os comerciantes locais, no sentido de apoiar a Casa de Costura III Congresso, criada por iniciativa da Comissão Feminina.

Catió

Reunião de presidentes de sector

CATIÓ — Realizou-se no passado dia 21 em Catió uma reunião dos presidentes dos comités dos sectores da região de Tombali, orientada pelo presidente do Comité de Estado dessa região, camarada Vasco Salvador Correia. Nela os participantes debateram vários pontos da vida local, nomeadamente, a criação das comissões de

coordenação da companhia agrícola, de reconhecimento e protecção de lugares históricos ligados à nossa luta de libertação, o recenseamento dos combatentes da liberdade da Pátria, dos órfãos de guerra e outros. Salientou-se a presença dos responsáveis regionais de segurança, da organização do Partido e das Finanças.

Novo preço de óleo

Começou a vigorar desde o dia 22 do corrente, novo preço de comercialização interna do óleo de amendoim, que passará a ser de 32,00 pesos por litro, segundo um despacho do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato.

Esta decisão foi tomada de forma a superar os aumentos do imposto de consumo e do custo das matérias-primas para o seu fabrico.

Terminou a semana de filme soviético

Terminou na passada quarta-feira, com exibição da longa metragem «Novo Programa no Circo», a semana de filme soviético que decorreu em Bissau de 15 a 21 deste mês. Este último filme que é uma produção dos Estúdios Langfilme, fala de circo soviético.

Essa foi a quarta semana de filme soviético, realizado no

nosso país, tendo a iniciativa contribuído para um maior conhecimento da cultura soviética em geral e da sua cinematografia em particular.

É de salientar que a referida iniciativa contou com a presença de numeroso público, o que revela a interesse do nosso povo pela cinematografia desse país amigo.

Bula

Situação dos orfãos de guerra

BULA — Com o objectivo de inteirar-se das actividades e necessidades, que os estudantes-órfãos de guerra têm, esteve no passado dia 21 em Bula a Camarada Teodora Inácia Gomes, chefe de secção do Comissariado de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria. Ela reuniu-se com esses estudantes tendo-se procedido a uma longa troca de impressões. (ANG)

Responde o povo

O que pensa do jogo Benfica-Tombali?

A uma jornada do termo do campeonato nacional de futebol, acentua-se a corrida para o título, entre as equipas do Benfica e da UDIB. Mas o factor indispensável para que uma dessas equipas alcance o título é a diferença de golos marcados e sofridos visto que ambas têm o mesmo número de pontos. Daí o desejo de cada equipa marcar mais golos que a outra para solidificar a sua posição. Nos últimos jogos realizados pelos dois candidatos verificaram-se resultados muito elevados (UDIB 6—Bula 0; Benfica 12—Tombali 4), se analisarmos particularmente cada um dos casos.

Neste inquérito o «Nô Pintcha» perguntou a alguns populares sobre «O que pensa do jogo Benfica-Tombali». Eis o que responderam:

Florentino Freire Monteiro — «Pela dinâmica que o Benfica tem empregado em muitos desafios, é normal que tenha batido o Tombali por um número muito elevado de golos. Acho que o Benfica tem um bom conjunto. Para se compreender muitos factos relacionados com o futebol, devemos ter em conta que ele não tem lógica. O Tombali pode nesse dia não ter praticado um bom futebol o que pode constituir uma vantagem para que os Benfiquistas tirassem

maior partido da situação. Já que o resultado de 12 bolas do Benfica contra quatro do Tombali levanta uma certa dúvida é bom lembrar aqui que a referida equipa bateu o ano passado o Bafatá por 11 bolas a zero. Portanto a questão não deve ser posta em termos de que existiu uma facilidade dada pelo Tombali. Ainda sobre esta questão, quero perguntar se a vitória da Udib sobre a equipa de Bula não impressiona o público também?

Elisa Simões, 17 anos, estudante — «Acho que a Federação Nacional de Futebol deve investigar o caso do desafio Ben-

fica-Tombali. O Tombali é uma das principais equipas da nossa terra, basta lembrar-nos que o Tombali durante a primeira volta do campeonato constituiu um dos sérios candidatos ao título. Portanto penso que deve ter existido uma prévia combinação entre as duas equipas, porque num jogo legal os encarnados não conseguiriam ganhar por esse número elevado de golos. Ninguém agora tem dúvidas de que de facto o Benfica e o Tombali fizeram um pacto. Devemos condenar todas as formas de futebol que estejam contra o princípio de criação de um desporto são!

Carlos Andrade, 18 anos, Trabalhador da

Função Pública — «É admirável o resultado que o Benfica obteve no jogo contra o Tombali. Este facto é resultante da facilidade que a equipa do sul concedeu aos encarnados para melhor apoiá-los na corrida para o título de campeão. Não se devem permitir vitórias fáceis no nosso campeonato, porque só assim é que o título pode ser ganho com justiça. Devo sublinhar que o campeonato desta época está a ser mal dirigido. Acho que para o próximo ano as falhas deste género devem ser evitadas organizando melhor as equipas e os árbitros»

José António Barbosa, 19 anos Profissional da CEABIS

— «Considero o resultado do jogo Benfica-Tombali, normal na medida em que já existem precedentes. Retiro-me ao jogo entre Udib-Bula. Como é possível a Udib marcar 6 bolas a vinte minutos do termo da partida?

Este facto só pode ser explicado pelo facto de ter havido uma combinação, prévia por a Udib ter visto que lhe seria difícil ganhar o desafio. É de lamentar que o campeonato tenha corrido desta forma. Como atleta que sou, não concordo com a falsidade no futebol. A Federação Nacional do futebol deve pensar na maneira de castigar as equipas que se prestam a actos desse tipo.»

Protecção materno-infantil

MSAS assina acordo com organização sueca

Foi assinado recentemente um acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais e a Federação sueca Radda Barnen, relativamente ao projecto de protecção materno-infantil e planeamento familiar.

A Radda Barnen, é uma organização sueca de apoio e socorro às crianças dos países sub-desenvolvidos e principalmente aos que recentemente atingiram a sua independência. Na sequência da sua cooperação com a República de Cabo Verde, a Rodda Barnen subsidia um projecto materno-infantil e de planeamento familiar, cujo início do programa se concretizou em S. Vicente, no Centro da Bela Vista, com unidade de consulta, fixas e móveis, dotadas de pessoal próprio e equipamento, projecto esse que cobrirá as outras ilhas. Depois de várias discussões anteriores, realizada na Suécia, entre a Organização e

entidades competentes caboverdianas, chegou-se a um acordo de cooperação em que a Radda Barnen pôs ao dispor do MSAS os recursos necessários para essa iniciativa, em material, equipamento e orçamento anual do Projecto, sob a direcção do pediatra Arsénio Pina.

A cerimónia de assinatura de acordos, assistiram funcionários do MSAS e um representante do ICS (Instituto Caboverdiano de Solidariedade), e responsáveis suecos.

Na sua intervenção, o Sr. Horam Landelhing, Secretário-Geral da Radda Barnen, sublinhou a importância dos trabalhos que têm sido feitos no âmbito do projecto, que é o maior subsidiado pela Radda Barnen, e destacou o importante facto de o Cabo Verde ser o único país em que o projecto, como a organização, é dirigido pelo cidadão nacional. Além disso, referiu-se á hospitalidade de que

foi alvo no país e salientou que o acordo assinado, irá permitir uma cooperação frutuosa e reforçará as relações entre os dois Estados.

O Secretário-Geral do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, dr. João de Deus Lisboa Ramos, que presidiu á sessão, referiu-se á importância do projecto em curso, «a todos os títulos exemplar, integrando-se na estratégia nacional da Saúde, documento que define a política de actuação do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais no domínio da saúde, no qual a prevenção tem um papel importantíssimo». Destacou também o nosso reconhecimento pela abertura da Organização sueca em relação aos problemas de Saúde, da mãe e da criança em Cabo Verde e formulou votos para que a cooperação entre os dois países, iniciada com o projecto seja cada vez mais frutuosa.

Director de Educação Física regressou de Portugal

O camarada Domingos Dias da Fonseca da Direcção de Educação Física e Desportos regressou ao País, vindo de Portugal onde se deslocara em missão de serviço relacionado com o desenvolvimento do desporto em Cabo Verde.

Em Lisboa, teve vários contactos com dirigentes das principais instituições desportivas portuguesas, que se basearam na filiação do País na FIFA, no expediente para o acordo desportivo em vários campos. Foi abordada a viabilidade de deslocação a Cabo Verde de técnicos desportivos e árbitros de futebol e possibilidades de fornecimento de legislação desportiva das diversas modalidades assim como outros assuntos de interesse dentro do campo do desporto.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

Na realidade, como resultado da actividade do nosso Partido tanto no interior dos nossos países como no campo internacional, toda a gente conhece hoje a verdade sobre a situação dos povos da Guiné e Cabo Verde — e a posição do Governo português é cada dia mais insustentável e absurda.

Nas nossas terras, o trabalho do nosso Partido e o próprio desenvolvimento da repressão, elevam dia a dia a consciência política das massas que estão preparadas e preparam-se cada vez melhor para liquidar a opressão portuguesa.

No campo internacional, temos hoje o apoio incondicional da esmagadora maioria dos povos do mundo e podemos contar com a ajuda eficaz de vários países amigos, no quadro dos princípios anunciados em Bandung, nas Conferências dos Povos Africanos e nas conferências de Solidariedade dos povos Afro-asiáticos.

Na ONU a resolução tomada pelo Conselho de Tutela em 12 de Novembro, pôs um ponto final na falsa argumentação que os delegados portugueses souberam sustentar durante alguns anos, em torno da natureza jurídica dos territórios ocupados por Portugal e acerca das obrigações do Governo português para com os povos desses territórios, a tese por nós sempre sustentada acaba de obter uma vitória completa sobre a posição portuguesa — e o mito das «províncias ultramarinas» está definitivamente enterrado. A Guiné e Cabo Verde são, pois, territórios não-autónomos e, a fortiori, colónias. O próprio Governo espanhol teve de quebrar a sua já tradicional solidariedade para com o Governo português, e este encontra-se hoje totalmente isolado, pois não tem, nas votações da ONU, senão um parceiro indesejável — o mais racista e mais colonialista de todos os Governos.

Para os povos da Guiné e Cabo Verde e para o nosso Partido, a resolução do Conselho de Tutela, que será muito provavelmente ratificada pela Assembleia Geral da ONU é apenas uma vitória moral sobre o colonialismo português, e não muda em nada a natureza deste. Mas essa resolução traduz uma realidade que importa não deixar de tomar em consideração: a esmagadora maioria dos Estados representados na ONU, está decidido a intervir eficazmente na solução do conflito existente entre os povos das colónias portuguesas e o Governo português.

Porto Mosquito Inaugurada a primeira unidade de tratamento de peixe

A primeira unidade de tratamento de peixe (salga e seca), em Porto Mosquito foi inaugurada pelo camarada Osvaldo Lopes da Silva, ministro da Coordenação Económica. Presentes ainda Humberto Bettencourt, director nacional das Pescas, Barbosa Fernandes, vice-presidente da SCAPA, (Soiedade de Comercialização e Apoio à Pesca Artesanal) além de outras individualidades da administração caboverdiana e técnicos ligados à Direcção Nacional de Pescas.

«A importância desta cerimónia, está na inauguração de todo um programa de transformação de vida dos nossos pescadores em Cabo Verde, e a nossa ideia é de criar mais postos de salga maiores do que este, em outros pontos de Santiago, e outras ilhas» — afirmou o camarada Osvaldo Lopes da Silva a dado passo de sua intervenção.

O director nacional das Pescas que usou da palavra em seguida explicaria o porquê da escolha do Porto Mosquito pela SCAPA, para a criação da primeira unidade de tratamento de peixe.

Actualizadas as taxas do Registo Civil

Uma nova tabela aprovada pela Portaria n.º 41/78, referente à prática de actos de Registo Civil, eleva na generalidade dos casos, as taxas.

Não é necessário analisar dados estatísticos precisos para se concluir que os preços dos bens, como dos serviços, de 1969 (data da última tabela) a esta data, aumentaram de mais de três vezes, fruto quer da situação política-económica quer dos factores naturais adversos a um aumento da produção.

Muito embora não se possa menosprezar esses condicionamentos, não se podem também ignorar por outro lado, a fraca capacidade económica-financeira da população, o que aliás, se agravou com a crise agrícola, que mais uma vez assolou o país.

Existem pois, situações que o Estado deve proteger, através da isenção tributária pela escassez ou inexistência de recursos económicos. Nesse âmbito alargaram-se os casos em que os Registos devem praticar gratuitamente os actos de registo civil, considerando-se pobre — e portanto isento — o cidadão que comprove, mediante documento de autoridade admi-

nistrativa estar nas condições a que se refere o Regulamento do Imposto de Desenvolvimento Local.

Além disso, os cidadãos que comprovem auferir um rendimento mensal não superior a 1000\$ beneficiam de redução do respectivo emolumento para 50%, o que, grosso modo, significa a manutenção das taxas anteriores.

Também as praças das FARP que desejam contrair matrimónio beneficiam de uma redução emolumentar a 50% das despesas relativas a actos respeitantes ao casamento.

Teve-se também em conta que alguns actos de Registo Civil são praticados por pessoas que têm algumas possibilidades económicas, e por isso os requisitam. A título de exemplo patenteamos aqui os actos respeitantes a transladação de cadáveres e a realização de casamentos civis fora das repartições competentes cujas taxas passam, respectivamente a ser de 100\$ e 800\$.

Não beneficiam da isenção ou redução os actos de registo que por sua natureza constituem uma ostentação do poder económico.

Como inovação, pela transcrição de casamentos

religiosos passa a ser cobrado assento igual ao casamento civil (150\$). Se for no estrangeiro a taxa é de 240\$.

Apresentam-se como elementos novos a taxa sobre o Processo de Inscrição Tardia de Nascimentos (mais 70\$ ou 100, se a declaração for feita dentro de um ano ou após este período), e a taxa sobre o acto praticado nas representações diplomáticas sujeitas a transcrição.

Não se descortinam motivos atendíveis para a isenção de taxa por um serviço dessa natureza que representa gastos para o Estado em material e dispêndio de energia em pessoal, tal como acontece com os restantes processos administrativos da competência da Conservatória dos Registos.

Quanto aos actos praticados pelos agentes diplomáticos ou consulares, a sua transcrição na maioria dos casos é oficiosa e representada para os Serviços Centrais dos Registos dispêndio em material e pessoal, mas se compreendendo nesta fase de Reconstrução Nacional a isenção de emolumentos, razão porque se determina a cobrança de uma ligeira taxa, destinada a fazer face às respectivas despesas.

Ramalho Eanes:

“Estamos empenhados em desenvolver processos de colaboração com os países africanos de expressão portuguesa”

Quando ainda se ouve o eco surdo da queda do último império colonial português, não há testemunho que deva esquecer-se do sangue, do suor e das lágrimas vertidas pelos protagonistas e figurantes da agonia final. O regime de Salazar retardou a libertação, comum e abriu desnecessariamente fossos de sofrimento e amargura que foi uma chaga aberta, difícil de sarar, nas sociedades novas nascentes em Portugal e nos países africanos emergentes da luta de libertação nacional a partir de 25 de Abril de 1974.

No entanto as sequelas resultantes de treze duros e difíceis anos de guerra, vão sendo progressivamente eliminadas. Os países africanos de expressão portuguesa: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe um a um atingiram a sua independência. Como salienta um artigo da revista Portugal: Informação, a guerra foi um assunto gerido de Lisboa por elites agarradas a privilégios condenados. Nas batalhas morriam os inocentes, atirados de Sagres para a África.

O fim da guerra e o reconhecimento do direito dos povos colonizados à independência conduziu a uma nova situação em que face a face se encontram os verdadeiros representantes dos nossos povos. Quando os dirigentes dos novos países de expressão portuguesa repetem que a sua luta de libertação nacional nunca foi dirigida contra o povo português, reconhecem uma disposição de estabelecer os melhores laços de cooperação com o Portugal livre em bases de mútuo respeito.

Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau em 10 de Setembro de 1974, de Moçambique em 25 de Junho de 1975, de Cabo Verde em 5 de Julho de 1975, de S. Tomé e Príncipe em 12 de Julho de 1975 e de Angola em 11 de Novembro de 1975.

Entretanto, a compreensão resultante de uma comunicação fácil, de um conhecimento antigo, abre perspectivas mais vastas e positivas do que outros interesses em presença, os quais se manifestam indiferentes ou contrários às raízes culturais e às aspirações dos povos. A cooperação entre Portugal e os novos países emergentes da luta de libertação nacional, expurgada de todos os vestígios de exploração, deve

alicerçar-se no respeito mútuo pela soberania dos Estados e pela sua ordem interna e na complementaridade resultante de um percurso histórico devolvido à sua natureza pela nossa luta de libertação e pelo movimento do 25 de Abril.

Quando em Junho de 1975 se reuniu em Lisboa o Comité dos 24, o discurso do Primeiro Ministro Português, general Vasco Gonçalves revestiu-se de aspectos importantes, por explicar a actual política anti-colonial do Governo de Lisboa: O movimento do 25 de Abril de 1974 abriu para o povo português um novo caminho de liberdade e justiça social e trouxe-lhe, assim, a reconquista da sua própria dignidade como povo e nação. Mas esta liberdade não seria verdadeiramente alcançada se não significasse também, a conquista de igual direito para os povos dos territórios que, sob o jugo colonial praticado pelo anterior regime, viveram tão longamente privados da sua própria afirmação nacional.

«Não podemos deixar de sentir particular orgulho, acrescentaria na altura o general Vasco Gonçalves, pelo processo de descolonização dos antigos territórios sob administração portuguesa, que julgo se pode considerar, em justiça, como ímpar na História. Com efeito, esse processo caracterizou-se essencialmente, desde o início pela estreita cooperação com os legítimos representantes dos povos coloniais, os seus movimentos de libertação nacional, e pelo estabelecimento de uma nova relação de amizade entre os povos de Portugal e das suas antigas colónias, baseada agora, como países livres e independentes, na igualdade soberana, respeito mútuo e benefício comum, pondo, deste modo, termo à dominação e exploração de que os povos daqueles territórios foram longamente vítimas».

O nosso país aprecia os esforços que Presidente da República de Portugal o general António Ramalho Eanes tem feito para manter e reforçar as relações de amizade e cooperação estreita com os povos e dos países africanos de expressão portuguesa. E de interesse de todas as partes que Portugal mantenha relações excelentes com a República Popular de Angola

como tem com a República da Guiné-Bissau. Neste encontro está prevista a discussão de todo o contencioso colonial e as formas de cooperação que poderão existir entre Angola e Portugal.

Assim é oportuno recordar aqui as palavras do camarada Iko Carreira, membro do Bureau Político do MPLA durante uma visita que efectuou ao nosso país em Novembro de 75, dias antes da independência da RPA: «Nós esperamos que o Governo português não intervenha depois do 11 de Novembro e saiba assumir as suas responsabilidades internacionais. Temos um grande contencioso com o governo português, financeiro, económico e mesmo social. (...) O contencioso é pesado e terá que ser discutido imediatamente após a independência e, só poderá ser discutido por governos constituídos que respeitem a linha de cada um. Portugal terá mesmo de facto que reconhecer o novo Estado, a República Popular de Angola».

Ao falarmos de relações entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa, não podemos esquecer as palavras do Presidente português, general Ramalho Eanes aquando da visita do camarada Presidente Luiz Cabral a Lisboa, em Janeiro deste ano: «Em breve serão criados órgãos e instrumentos jurídicos que salvaguardem a dignidade das relações entre os países de expressão portuguesa, os interesses desses novos estados e os interesses de Portugal. É nosso desejo e, nisso estamos empenhados, desenvolver idênticos processos de colaboração com os outros países de expressão portuguesa. Pois, nós os portugueses... não seremos, nunca mais, nem colonizados, nem colonizados».

Consciente da grande vitória que constituirá para todos, o encontrar-se uma base sólida de entendimento entre Angola e Portugal o nosso país, e particularmente o camarada Presidente Luiz Cabral tudo fez para que o nosso chão que é teatro de uma luta inspirada pela justiça seja também o teatro das conquistas que certamente coroarão o histórico encontro de Bissau entre os chefes de Estados dos dois países amigos.

Agostinho Neto e a face à política de

● Trajectória de um revolucionário

«O povo português, explorado por um regime fascista, através de monopólios que estão nas mãos de uma pequena camada de capitalistas nacionais e estrangeiros, compreende o carácter injusto desta guerra e participa sem entusiasmo (excepção feita para alguns fanáticos, odiados pelos seus próprios compatriotas). Quanto mais a guerra avança, mais revelantes são as deserções do exército por parte dos jovens portugueses que emigram em número considerável para outros países europeus ou que desertam no campo de batalha, para não suarem as mãos na defesa da criminosa política de Salazar. As prisões da PIDE em Angola e Portugal, assim como as prisões militares, estão cheias destes jovens que se recusam a combater os povos das colónias, em Angola, na Guiné e em Moçambique (...)

É justo render homenagem às organizações democráticas portuguesas que fazem todos os possíveis para mobilizar o seu povo contra esta guerra assassina, apesar dos perigos e dos sofrimentos que esta actividade implica. Lutando contra o fascismo e contra a guerra colonial, as organizações democráticas portuguesas merecem o nosso respeito e a nossa admiração. Isso dá-nos um contributo positivo para que, de futuro, se estabeleçam relações justas entre os nossos povos, baseadas no reconhecimento do direito à independência e à soberania nacional, à igualdade e ao respeito mútuo».

Estas considerações, do Presidente Agostinho Neto, na Conferência de Imprensa concedida em Brazzaville, em Janeiro de 1968, definem de uma maneira clara a visão e o carácter da luta de libertação do povo angolano contra o colonialismo português. Três anos depois, numa mensagem transmitida em 10 de Dezembro de 1971, o Presidente Neto declarava ainda:

«Em Angola, nós queremos o fim da exploração e da opressão. Queremos a independência e a democracia. O nosso programa político indica claramente que o MPLA abre caminho para uma longa e autêntica cooperação entre os homens de diferentes raças.

Não somos contra o homem branco, apenas porque é branco. Somos contra os

brancos racistas e colonialistas.

A independência para nós não significa expulsar o homem branco do nosso país; não significa a apropriação dos bens honestamente adquiridos. A independência significa, isso sim, que o poder político deve estar nas mãos do nosso Povo. A economia do nosso país deve ser controlada pelo nosso Povo para que assim possa ter uma vida melhor».

Hoje, volvidos vários anos, estes princípios que sempre orientaram a política do povo angolano e da sua vanguarda revolucionária, o MPLA, são de novo reafirmados, pela vontade dos dois povos que, lutando lado a lado, souberam conjugar os esforços e conquistar a sua soberania. Isso porque, também o povo português teve que lutar para se libertar da ditadura fascista que o oprimia, da mesma forma que aos povos das antigas colónias portuguesas e que lançava Portugal para uma guerra injusta. É nestes termos que Agostinho Neto se referiu ao governo colonial fascista em Portugal: «Um governo que mantém o seu povo na miséria, numa submissão humilhante e que nega aos seus cidadãos o direito de escolherem a forma de governo que desejam, como pode ele preocupar-se com o progresso do povo angolano?»

VIDA REVOLUCIONÁRIA DO PRESIDENTE

Agostinho Neto, um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola, fez os seus estudos universitários em Lisboa, onde se doutorou em Medicina. Agostinho Neto, como muitos outros nacionalistas das antigas colónias portuguesas, sentiu na própria carne a exploração e a repressão a que os nossos povos estavam sujeitos. A vida de Agostinho Neto seria deste modo narrada pelo comandante Iko Carreira, na cerimónia de atribuição de medalha «Herói Nacional» ao Presidente angolano, na sessão de encerramento do I Congresso do MPLA:

«Na aldeia de Kaxikane, a cerca de sessenta quilómetros de Luanda, nasceu a 17 de Setembro de 1922, António Agostinho Neto. Concluiu os seus estudos secundários em Luanda e, com o fruto do seu trabalho, ma-

tricolou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, donde mais tarde transitou para Lisboa onde se formou, à custa de inúmeros sacrifícios. Como estamos todos recordados, aos estudantes então chamadas colónias, autoridades escolares e outros colonialistas, exigiu um exagerado nível académico, deixando-os, por permanecer na pior miséria e sempre debaixo de um estocante discriminação racial.

Desde muito jovem, nasceu como na Universidade o camarada Agostinho Neto exerceu sempre actividades políticas, engajado na luta totalitária do povo angolano, procurando combater à sua volta os mais inimigos e conscientes patriotas angolanos. Com a sua actividade política, conheceu também a sua primeira experiência de cárcere.

Experimentou a primeira vez, em 1948, quando reunia assinaturas para a Conferência Mundial da Paz, em Estocolmo, tristemente célebre prisão de Caxias, foi o prelúdio de um tempo que, posteriormente e por períodos mais ou menos longos, passou nas

O general António Santos Ramalho Eanes, primeiro Presidente da República de Portugal eleito após a queda do regime colonialista, em 25 de Abril de 1974, terá um encontro em Bissau, hoje em dia, com o Presidente da República Popular de Angola, dr. Agostinho Neto.

Ramalho Eanes empossado no cargo de Presidente da República Portuguesa no dia 25 de Julho de 1976. Vários objectivos levarão a sua candidatura à presidência da República. «Ao formular a proposta, este compromisso estou a lançar os compromissos dos outros povos que me propõem defender intransigentemente: a instituição da democracia, a garantia da independência nacional e a participação das Forças Armadas no desempenho das suas tarefas, tudo de acordo com o

Ita do povo angolano dominação colonial

morras da famigerada PIDE. Logo que retomou a liberdade, o camarada Agostinho Neto representou a juventude das então chamadas colónias portuguesas, junto do Movimento da Juventude Portuguesa, o MUD Juvenil. Num dos comícios promovidos por essa organização, foi novamente preso. Nessa época já a sua poesia, famosa hoje em todo o Mundo, era um estandarte de dignidade reconquistada por aquela juventude angolana que já nessa época começava a participar com os olhos secos, na construção dos alvícerces do que viria a ser a guerra de libertação nacional.

A sua prisão provocou a manifestação de muitos protestos em todo o Mundo e, em especial, por parte dos intelectuais progressistas da Europa, o que facilitou a sua libertação.

Em 1958, no próprio dia em que concluiu o curso de Medicina, casa-se com a camarada Maria Eugénia, sua companheira infatigável nos momentos difíceis das prisões, das deportações e da guerra. Nesse mesmo ano, participa na fundação e na Direcção do MAC (Movimento Anti-Colonial), que reuniu

patriotas oriundos das diversas colónias portuguesas, alguns dos quais viriam, mais tarde, a assumir papel fundamental na luta dos seus povos, como foi o caso de Amílcar Cabral.

Em 1958, regressa ao País e assume imediatamente a chefia do MPLA. O seu consultório era um local de liberdade, onde os patriotas iam muitas vezes buscar as palavras de esperança de que necessitavam, a crença na vitória final do povo angolano.

A 8 de Junho de 1960, o director da PIDE foi pessoalmente prender o camarada Neto no seu consultório. As manifestações populares que se sucederam, como protesto pela sua prisão, foram cruelmente sufocadas. O «Massacre de Icolo e Bengo» juntou-se a outros mais que viriam, pelo exemplo, temperar a acção dos futuros guerrilheiros.

De Luanda levaram-no para uma prisão em Lisboa. Recebendo uma nova campanha internacional de protestos pela sua prisão, colocaram-no depois com residência fixa em Cabo Verde. É novamente preso em 1961, e enviado para a prisão de Aljube. Nova onda interna-

cional de protestos, nesta altura provocada já pela actividade dinâmica do núcleo dirigente do MPLA no exterior, levou à sua libertação, em 1962, com residência fixa em Portugal. Pouco tempo depois da sua saída da prisão, o MPLA consegue, com um plano audacioso, fazer sair de Portugal o camarada Neto e a sua família.

Em Marrocos, onde aportou, tomou conhecimento da situação em que se encontrava o MPLA e, rapidamente, segue para Leopoldville onde fazendo face a uma das mais difíceis crises por que passou o Movimento, é chamada a assumir a sua presidência, em Dezembro de 1962.

A partir de 1972, toda a sua vida se realiza no combate sem tréguas e com armas na mão, contra as forças colonialistas, no aperfeiçoamento contínuo do MPLA, única garantia da luta pelas aspirações mais justas do nosso Povo, na criação do Homem Novo, esse Angolano que na guerrilha, ou na clandestinidade, despiu para sempre o manto da vergonha, da miséria, e do obscurantismo, fardando-se de dignidade de glória e de progresso.

A sua vida, a partir de 1962, é a vida do MPLA, é a vida da Revolução Angolana, é o caminho heróico para a liberdade, para a independência, para a vida rumo ao socialismo.

Pela sua actividade, o camarada Agostinho Neto conquistou amplo conhecimento como destacada personalidade do movimento nacional libertador. Foi eleito membro do Presidium do Conselho Mundial da Paz. Depois da proclamação da Independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, o camarada Agostinho Neto, pela decisão do Comité Central do MPLA, foi nomeado Presidente da RPA.

Pela sua actividade social e política, Agostinho Neto recebeu alto reconhecimento das forças progressistas do Mundo. Assim, por decisão do Conselho Mundial da Paz, foi condecorado com a medalha de Frederico Joliot Curie. O Conselho de Estado da República da Bulgária condecorou-o com o prémio de Georgi Dimitrov e o Governo da República de Cuba, com a medalha Playa Giron. Por seu lado, o camarada Presidente Luiz Cabral, durante a sua recente visita a Angola, con-

cedeu ao chefe de Estado angolano a medalha Amílcar Cabral, a mais alta condecoração do nosso País.

O ENCONTRO

O encontro de Bissau, entre os dois chefes de Estado, não é senão a demonstração da vontade dos dois Governos e Povos de enterrar o passado e criar as bases para uma cooperação bilateral entre os dois países, relações essas que se querem,

no respeito mútuo pelas soberanias. Para que, nem os malogrados acordos de Alvor, nem os incidentes verificados no processo de descolonização de Angola, por parte do então Governo português, deixem marcas nas futuras relações entre Angola e Portugal.

A Guiné-Bissau, país de expressão portuguesa que mantém as mais cordiais relações de amizade com o Governo e Povo português, cumpre assim, com o acto,

mais um dever que lhe é imposto pelos princípios que nos animam. Ao fazê-lo respeita o desejo daquele que foi o obreiro da nossa vitória, o saudoso Amílcar Cabral, que quer lutando ao lado dos movimentos de libertação das ex-colónias, no seio da ex-CONCP, quer nas instâncias internacionais, sempre defendeu a liberdade dos povos submetidos a dominação colonial portuguesa e os altos princípios de amizade e cooperação entre os povos.

Cultura

Levar a democratização da cultura até às suas últimas consequências

— Mário de Andrade no Seminário sobre o III Congresso

«Levar a democratização da cultura até às suas últimas consequências é um dos objectivos primordiais do PAIGC. Cabe, portanto, aos organismos especializados a tarefa de criar as bases para a superação intelectual das massas, através da rede de alfabetização; estabelecer as condições para incorporar os diversos sectores sociais em todos os níveis do ensino; promover as condições para que as massas tenham acesso à cultura e participem activamente na criação cultural». Estas palavras foram proferidas pelo camarada Mário de Andrade, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Cultura, no seminário de quadros sobre popularização e divulgação das principais resoluções do III Congresso do PAIGC.

Nesta sessão, o Camarada Mário de Andrade abordou questões sobre a relação entre a cultura e o desenvolvimento e o problema da identidade cultural no processo de um desenvolvimento harmonioso salientando a certa altura, «definindo-se como força dirigente da sociedade, o Partido concebe necessariamente a cultura nacional como uma força fundamental da luta popular de libertação».

(...) «Abordemos agora a relação entre a cultura e o desenvolvimento ou a problemática da identidade cultural no processo de um desenvolvimento nacional harmonioso.

... Ora, como vimos anteriormente, a dinâmica da luta armada de libertação nacional, acto e factor de cultura, foi destruindo as bases ideológicas em que assentava a cultura nacional de imporação. Através da integração das elites de origem pequeno-burguesa no processo da luta, da sua identificação com os interesses das massas mais exploradas, através do alargamento do espaço das regiões libertadas, os efeitos alienantes da cultura colonial foram sendo atenuados, senão reduzidos aos centros urbanos de ocupação administrativa e militar. Quer dizer: Na Guiné-Bissau (como em Angola e Moçambique) o combate contra a dominação cultural exercida pela colonização portuguesa, quer sob a forma da chamada assimilação espiritual, ao nível das cidades, quer sob a forma de repressão obscurantista ao nível do campo, esse combate foi conduzido pelos respectivos partidos políticos. Os partidos forjaram no próprio terreno da luta de libertação

nacional os contra-modelos (ou melhor, os novos modelos) culturais. Assim, no desfecho vitorioso daquela fase histórica, ficou provado pela prática que o novo modelo cultural criado e desenvolvido no fragor das armas surgiu como o modelo determinante e qualitativamente superior, no conjunto da sociedade global.

Definindo-se como força dirigente da sociedade, o Partido concebe necessariamente a cultura nacional como uma aquisição fundamental da luta popular de libertação.

Trata-se, neste momento, de situar o papel que cabe à cultura (ou se quiserem à revolução cultural) no processo de desenvolvimento: é uma componente essencial desse processo, como ela é do próprio processo histórico. A cultura de conteúdo revolucionário possui uma dupla função e engendra uma dupla dinâmica: por um lado, faz estalar as superestruturas ideológicas e culturais, provenientes tanto da herança tradicional (caracterizada pela mentalidade mágica, pelo medo da natureza) como da cultura de importação co-

lonial, e por outro, desenvolve de maneira criadora a capacidade de intervenção cultural e política das massas.

... Um dos questionamentos que a sociologia africana levanta hoje a propósito da identidade cultural africana é o seguinte: poderá a identidade cultural africana resistir às novas forças tecnológicas que comportam não só uma nova cultura mas sobretudo um novo poder de moldar as mentalidades? E em que condições as culturas africanas podem digerir, assimilar estas novas tecnologias, iniciar assim uma dinâmica de renovação a partir dos seus próprios recursos?

Entre as novas tecnologias, tomemos, por exemplo, Babacar Sine sublinha, os meios de comunicação de massas mais significativos do mundo moderno — a rádio, o cinema, a televisão. Não há dúvida de que actualmente o exercício do poder de controlo das novas tecnologias de que os povos africanos foram privados, bem como a reanimação dinâmica das redes de comunicação clássicas, constituem as bases fundamentais para a renovação da cultura africana.

Como sabemos, em África, as novas tecnologias de comunicação podem implantar-se num terreno preparado por uma tradição áudio-visual já estabelecida e enraizada, numa civilização onde o modo de expressão oral constitui um dos três laços dominantes, onde a imagem (sonora, rítmica, visual e verbal) serve de suporte existencial à criatividade artística, à comunicação quotidiana.

A revolução tecnológica dos meios de comunicação prolonga e amplifica esta oralidade introduzindo e acrescentando um novo

(Continua na página 6)

de um Presidente

roso cumprimento da constituição, elaborada pelos representantes do povo, livremente eleitos, como deverão ser aqueles que quiseram legitimamente em seu nome» — diria o general Ramalho Eanes por essa altura.

Creio que, salientaria ainda, a minha candidatura poderá também contribuir para a coesão da paz entre os portugueses, admitindo que tenha condições para me empenhar de modo relativamente eficiente. Por fim, creio que poderei contribuir para que os portugueses sejam mais felizes, para que Portugal seja, efectivamente e de uma vez para sempre, um País democrático.

António Ramalho Eanes, nasceu em 1935, de uma família modesta da aldeia de Alcains, perto de Castelo Branco. Entrou para a Academia Militar porque se sentia atraído pela

mística da vida militar.

Como oficial de infantaria, esteve em quase todas as ex-colónias portuguesas. A sua estada na África convenceu-o de que não havia solução militar para as guerras coloniais e, por isso juntou-se ao Movimento das Forças Armadas que procurava derrubar a ditadura de direita.

Depois de ter dirigido a Rádio Televisão Portuguesa, foi nomeado Chefe de Estado Maior do Exército e iniciou uma reorganização, baseada na disciplina. Isto já em Novembro de 1974. Durante a sua campanha, o general Ramalho Eanes prometeu defender as liberdades democráticas afirmando: «O fascismo morreu e não será resuscitado. Não permitiremos que forças voltem a ameaçar esta liberdade, que é nossa e que queremos deixar aos nossos filhos».

Levar a democratização da cultura até às suas últimas consequências

(Continua nas Centrais)

dado: a estrutura-mecânica.

Tudo depende das modalidades sob as quais se opera a mutação socio-cultural da tradição oral face ao sistema tecnológico áudio-visual. Assim, em primeiro lugar, as novas tecnologias podem ajudar de maneira poderosa a preservar as tradições orais, com vista à sua exploração amplificada e dinâmica.

As novas tecnologias de comunicação podem também impôr-se como instrumentos duma nova cultura africana, desalienada e dinâmica — suportes essenciais a uma comunicação interna entre as diversas culturas africanas — servir para suscitar e enriquecer a consciência unificada da identidade cultural africana fazendo comunicar, dialogar para lá das barreiras e fronteiras artificiais, as comunidades culturais africanas.

A rádio que foi introduzida desde há muito tempo na vida quotidiana do homem africano é sem dúvida o meio de comunicação mais corrente e mais popular do ponto de vista da sua audiência. O seu desenvolvimento tão rápido e tão amplo deve-se certamente ao facto de que ele representa uma tecnologia de comunicação mais adaptada à oralidade tradicional, e que a sua linguagem não rompe com tanta brutalidade.

Tal como acontece em alguns países africanos, onde se implantou o sistema da rádio educativa rural, este meio de comunicação poderá exercer um papel extremamente importante no plano da cultura: difundindo conhecimentos (e em diversas línguas nacionais) mas sobretudo permitindo a intervenção das massas, o diálogo fecundo entre os representantes das várias camadas sociais.

A utilização cultural da rádio mostra apenas uma das direcções em que é possível orientar as novas tec-

nologias de comunicação quando são exploradas no sentido de estratégia do desenvolvimento socio-cultural, ao serviço dos interesses das massas populares.

Outro meio poderoso de acção cultural é o cinema. A este respeito, o Conselho Nacional de Cultura, através do Instituto de Cinema, empenha-se actualmente na preparação da montagem do circuito de cinema nas tabancas. O Instituto Nacional de Cinema elabora neste momento um programa de dinamização rural, partindo da convicção de que o filme realizado com e para as populações, tratando de problemas bem precisos, falado em crioulo ou nas principais línguas de cada região, pode servir, de imediato, como meio privilegiado indispensável à realização de diversos trabalhos e programas de desenvolvimento.

— Referi-me particularmente às novas tecnologias de comunicação. Mas poderia alargar estas observações à problemática entre a ciência e a independência ou dependência dos povos do chamado Terceiro Mundo.

Como sabem, a tecnologia suscitada pelo capitalismo criou as condições necessárias para a exploração e a pilhagem dos povos da Ásia, África e da América Latina.

Ao introduzir inovações tecnológicas nos países do Terceiro Mundo, a Europa ia destruindo ao mesmo tempo as tecnologias indígenas, a fim de perpetuar a sua dominação política. Surpreendemos aqui com toda a clareza a relação estreita entre os detentores do saber e do poder. No mundo moderno, o exercício do poder realiza-se particularmente através da concentração do saber tecnológico, do estabelecimento unilateral das condições da sua venda (ou transferência) para os países em vias de desenvolvimento.

Mas antes da formação do capitalismo moderno, os povos da África, da Ásia, e da América Latina já tinham atingido níveis muito apreciáveis de conhecimentos e feito descobertas que a civilização ocidental iria incorporar no seu património. Por exemplo: o povo do Zimbabwé conhecia a técnica de fundição de ferro há cerca de 40 mil anos, o povo chinês inventou a imprensa 500 anos antes de Gutteberg, os povos árabes dominavam as técnicas mais avançadas da navegação marítima. (A propósito: embora os livros escolares continuem a ensinar que Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia, conhecemos há já alguns anos, graças à descoberta de manuscritos árabes, o nome do piloto que conduziu o navegador português da costa oriental africana àquelas paragens asiáticas: chama-se IBN MADJID.

Hoje, trata-se de abordar com sentido crítico as aquisições do progresso científico e tecnológico: assimilar para melhor servir as aspirações do progresso e os interesses dos nossos povos, sem dúvida, mas libertar a capacidade inventiva das massas populares. Nem imitação, servil, nem modernização acelerada, ignorando as potencialidades, as técnicas nativas, fruto da experiência de séculos e que podem ser adaptadas, aperfeiçoadas no sentido de uma utilização racional. Alguns designam este processo pela expressão «selecção cultural», isto é, «o direito de escolher um estilo de criação tecnológica emanante do povo e em seu benefício, uma tecnologia que põe em relevo a satisfação das massas e em oposição ao consumo individual».

Concluimos este ponto, afirmando que o factor decisivo para o desenvolvimento reside na articulação fundamental entre a cultura popular e a libertação política e económica.

É o momento de apresentar (embora de forma sumária) a nossa estratégia do desenvolvimento cultural, definida em relação com a estratégia política.

Em primeiro lugar, convém lembrar as directivas ideológicas traçadas pelo III Congresso do Partido:

«A ideologia é um factor decisivo de coesão das nossas sociedades. Ela desempenha um papel fundamental na tarefa de mobilização cultural. Não há dúvida de que são as novas condições da existência real na formação sócio-económica que suscitam as novas mentalidades e culturas. Mas a acção propriamente cultural, esclarecida pelas opções ideológicas, contribui para criar a consciência da necessidade de transformar a realidade na perspectiva revolucionária.

Por isso, a intervenção e a vigilância do Partido deverá situar-se tanto ao nível de formação dos militantes, como no domínio do ensino veiculado pelos nossos estabelecimentos de educação, na informação e nas imagens difundidas pelos meios áudio-visuais de comunicação de massas.

Levar a democratização da cultura até às suas últimas consequências é um dos objectivos primordiais do PAIGC. Cabe, portanto, aos organismos especializados a tarefa de:

- criar as bases para a superação intelectual das massas, através da extensão da rede de alfabetização;
- estabelecer as condições para incorporar os diversos sectores sociais em todos os níveis do ensino;
- promover as condições para que as massas tenham acesso à cultura e participem activamente na criação cultural.

(Cont. no próximo número)

ANUNCIOS

Concurso documental

Faz-se público que, por despacho de 25-5-978 do Camarada Comissário Principal, Francisco Mendes, foi autorizada a abertura de concursos independentes entre indivíduos maiores de 18 anos, ou emancipados, para o preenchimento de vagas de Pessoal Docente de serviço eventual que vierem a verificar-se nos dois sectores do ensino (Primário e Secundário) no próximo ano lectivo de 1978/979, em face do disposto no (s):

1.º — Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/975, de 27-9-975, para professores do Ensino Secundário.

2.º — Artigos 301.º e 319.º do Regulamento do Ensino Primário e Diploma Legislativo n.º 1892, de 14-5-970, para professores do Ensino Primário diplomados pelas Escolas do Magistério ou com equivalência e professores de posto diplomados pelas Escolas de Formação ou com equivalência.

3.º — O mesmo despacho autoriza ainda a abertura de concurso documental nas condições do anterior, para indivíduos habilitados apenas com a 4.ª classe do Ensino Básico, para preenchimento de vagas de monitores.

4.º — O pedido de admissão ao presente concurso, feito em papel selado, com a assinatura devidamente reconhecida, é dirigida ao camarada Comissário Principal e entregue na Delegacia da Educação da Região onde reside o candidato, pelo prazo de 45 dias, contados a partir da data da publicação deste anúncio nos órgãos de informação (Nô Pintcha e B.O.). Do mesmo processo da candidatura deverão constar os seguintes documentos:

- a) Certidão de idade;
- b) Certificado de habilitações literárias;
- c) Certificado de Vacina antevariólica;
- d) Certificado de Vacina antitetânica;
- e) Duas fotografias para documentos;
- f) Uma declaração de compromisso de engajamento;

g) Uma declaração do § 5.º do artigo 12.º do Estatuto do Funcionalismo.

5.º — Os candidatos admitidos, que vierem a ser colocados, apresentarão os restantes documentos (Registo Criminal e Certificado de Robustez Física) para a organização do processo individual para efeitos de nomeação até 60 dias após o início de funções. Findo este prazo, o candidato que não obedecer esta cláusula deixará automaticamente de receber os seus títulos de vencimentos até regularizar a sua situação.

6.º — O concorrente que, 15 dias após a sua colocação, contados a partir da data da afixação da pauta, não levantar a guia de marcha, ou depois disso não se apresentar na Delegacia Educacional da Região onde irá desempenhar a sua actividade docente, pelo menos, dois dias antes da abertura ao ano escolar, ou ainda 21 dias após a data da sua colocação, a sua atitude será considerada um abandono de lugar. Salvo se, depois destes prazos, o concorrente apresentar alguma justificação aceite pela Comissão Nacional da Distribuição de Professores.

7.º — O concorrente que não aceitar a colocação que lhe couber sem qualquer motivo justificativo, não será nomeado no ano lectivo seguinte.

8.º — A minuta das declarações referidas nas alíneas f) e g) do n.º 4 encontram-se afixadas nas vitrinas do Comissariado da Educação Nacional e das Delegacias Regionais da Educação.

Aviso

A Direcção do Hospital «3 DE AGOSTO» comunica aos mutilados combatentes da Liberdade da Pátria e mutilados civis que a oficina de próteses Ortopédico e consultório estarão encerradas a partir de 1 a 31 de Julho do próximo mês, por motivo de férias do seu técnico assistente.

Porém, todos os casos de carácter urgente serão atendidos na sua mesma oficina todas as quartas-feiras, de cada semana durante esse período.

Nô Pintcha

Trissemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.

Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China.

Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Um ano 700,00 P.G.
Seis meses 450,00 P.G.

Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:

Um ano 800,00 P.G.
Seis meses 550,00 P.G.

Caixa Postal, 154 — BISSAU-GUINE-BISSAU

Farmácias

Hoje — «MODERNA» — Rua 12 de Setembro — Telefone 2702

Amanhã — «CENTRAL» — Rua Vitorino Costa — Telefone 2453

Segunda-feira — «CENTRAL FARMEDI N.º 2» — Telefone 3437

Cinema

Matinée — Hoje e amanhã — às 18,30 h. — «O Homem com a morte nos olhos» — (M/ 13 anos)

Soirée — Hoje e amanhã — às 20,45 h. — «O Homem da meia noite» — (M/ 18 anos)

Telefones

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.

Bombeiros Voluntários — 2222.

POLÍCIA; 1.ª Esquadra 3888 — 2.ª Esquadra — 3444.

CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.

Chegadas e partidas de navios — 2922/5.

COMPANHIA DE ELECTRICIDADE E AGUAS

Gabinete do Director e Serviços Administrativos — Telefone 2411; fone 2414 (7 à 1h).

Brigada da Assistência aos Consumidores — Tele-

Moçambique

Três anos de independência na construção do socialismo

A República Popular de Moçambique celebra deira colonial, depois de mais de dez anos de luta vez, o povo moçambicano vai comemorar a cerimónia de 1975 que, na noite de 25 de Junho, no Estádio da Machava, punha termo aos cerca de 500 anos de colonialismo. A bandeira do Moçambique independente tomava o lugar da antiga bandeira colonial, depois de mais de dez anos de luta armada de libertação sob a orientação esclarecida da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).

O tempo decorrido desde então, mostrou que Moçambique segue uma política externa verdadeiramente independente e uma política interna progressista.

Foram nacionalizados, no país, os sectores-chaves da economia. O Governo tomou, ainda, medidas no sentido de liquidar as heranças do colonialismo também no domínio social começa-se o combate contra o analfabetismo, é aperfeiçoada a assistência médica às populações.

O papel dirigente da Frelimo, transformada logo após a proclamação da independência — precisame no início de 1976 — em Par-

tido, é o factor determinante do desenvolvimento político de Moçambique. Tendo declarado, o marxismo-leninismo, como a sua ideologia e o socialismo como o seu objectivo, o Partido Frelimo encabeçou a construção da nova sociedade no país. A Frelimo considera o fortalecimento da ligação com o povo a captação dos melhores representantes deste povo para as suas fileiras — uma condição importante para a concretização desta tarefa.

Assim, não foi por acaso, que 1978 foi declarado em Moçambique, o «Ano da Construção Partidária». No âmbito deste lema, rea-

liza-se, na RPM, uma ampla campanha para o fortalecimento da estrutura da Frelimo. Para dirigir este trabalho e, ainda, para seleccionar os candidatos a membros do Partido, o CC da Frelimo decidiu criar uma comissão especial, chefiada pelo presidente da República, Samora Machel. São promovidos para o Partido, os operários de vanguarda, os representantes do campesinato trabalhador, os intelectuais revolucionários e os representantes das Forças Armadas.

As eleições gerais, realizadas nos princípios de 1978, durante as quais foram formados os órgãos de poder de todos os níveis desde os órgãos locais até ao órgão supremo, a Assembleia Nacional Popular ou o Parlamento da República — foram um dos acontecimentos políticos mais importantes de Moçambique independente.

Um ponto particular chamou a atenção da opinião pública mundial: o facto, de, na altura da campanha eleitoral, as tropas de Ian Smith terem realizado a maior operação, em toda a história da jovem República, invadindo o território da RPM na região de Chimoio-Tumbué, onde massacraram mais de mil habitantes. Mesmo assim, Moçambique não se deixa atemorizar e, como antes, nos assuntos internacionais, partindo de posições anti-imperialistas e anti-racistas, presta ajuda aos movimentos de libertação nacional do Zimbabué, da Namíbia e da África do Sul. — (APN).



● Cimeira de Alexandria

ALEXANDRIA — Uma cimeira restrita, agrupando os presidentes Sadate do Egipto, Sekou Touré da República da Guiné e Siad Barre da Somália, teve lugar anteontem em Alexandria. Antes, Sadat e Barre tiveram conversações. O chefe de Estado da Guiné-Conakry efectuava desde quarta-feira uma visita oficial de dois dias ao Egipto. — (FP).

● Hua Kuo-Feng na Europa

PEQUIM — Hua Kuo-Feng, presidente do Partido Comunista chinês e da República Popular da China, realizará no próximo Outono a sua primeira digressão europeia, que o conduzirá à Jugoslávia e à Roménia, informaram na quinta-feira fontes diplomáticas em Pequim. — (FP).

11.º Congresso dos comunistas jugoslavos

Não-Alinhados têm direito a ajuda externa

BELGRADO — A Jugoslávia afirmou, na quinta-feira, pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, o direito dos países Não-Alinhados de beneficiar de uma ajuda directa do exterior, quando a sua independência estiver ameaçada.

Usando da palavra no 11.º congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia (LCJ), Josip Vrhovec denunciara antes «a infiltração de interesses estrangeiros no movimento dos países Não-Alinhados», nomeadamente em África. «Mas, crescen-

tu, não poderemos contestar o direito soberano de todo o país, Não-Alinhado a recorrer a uma ajuda directa a fim de salvaguardar a sua independência quando esta estiver ameaçada por uma intervenção estrangeira». (FP)

Preparativos de agressão contra a RPA denunciados pelo Ministério da Defesa

LUANDA — O ministério angolano da Defesa declarou num comunicado difundido pelo estado-maior das FARP que estão a ser preparadas novas agressões contra a República Popular de Angola.

O comunicado citou como provas as constantes violações do espaço aéreo angolano, tanto por parte da aviação racista sul-africana através da fronteira namibiana como da aviação zairota no enclave setentrional de Cabinda.

Por outro lado, o comunicado precisou que no dia 12 de Junho, tropas terrestres sul-africanas entraram em Angola na província de Cunene. O comunicado preci-

sou também que grupos contra-revolucionários angolanos da Unita, foram transferidos pelo exército sul-africano até à região fronteiriça da Namíbia com o Cunene.

«Na República do Zaire e ao longo da nossa fronteira oriental, acrescentou o comunicado, verifica-se a concentração e bandos armados das organizações fantoches da FNLA e a Unita, com bases na província zairota do Shaba». Finalmente, o comunicado do ministério da Defesa alertou a opinião pública internacional que se cria nesta zona de África uma situação extremamente perigosa. (FP)

Rodésia

Continua o estado de emergência

SALISBÚRIA — O estado de emergência, em vigor na Rodésia há já 12 anos, foi de novo renovado, na quinta-feira, por mais um ano apesar de uma forte oposição da parte de alguns parlamentares, anunciou-se ontem em Salisbúria.

Os 47 deputados brancos votaram a favor do renascimento do estado de emergência, enquanto que os 14 «deputados» designados por Shitole, Muzorewa e Jeremiah Chirau se puseram contra esse estado, declarando que a sua supressão daria mais «credibilidade» ao «regulamento interno» e permitirá a realização de eleições.

Para o encarregado da Justiça, Hilary Squires, o estado de emergência é necessário devido à situação provocada pela guerrilha, pelas sanções económicas e pela hostilidade entre os partidos. — (FP).

Espanha

Após 40 anos a tortura é proibida

MADRID — Depois de 40 anos de impunidade a tortura será considerada como um delito na Espanha, segundo um projecto aprovado, ontem, em Madrid, unanimemente pelos deputados e que está incluído no delito de «maus tratos» do Código penal.

Durante estes 40 anos de regime franquista, a tortura representava uma verdadeira instituição como método habitual nos interrogatórios. (FP)

LUTA CONTRA A COLERA

DAR-ES-SALAM — Representantes tanzanianos, burundeses, zambianos e zairianos reunir-se-ão a 27 e 28 deste mês em Mpanda, no leste da Tanzânia, para estabelecer os meios de luta contra a cólera «latente nestas regiões», anunciou a agência noticiosa tanzaniana.

Determinar as causas da cólera, analisar os problemas que se colocam a uma quarentena, elaborar uma estratégia comum de educação e de prevenção da população, tais serão os assuntos da reunião. Informações provenientes do Zaire e do Burundi dão conta de várias centenas de mortos de cólera, acrescentou a Agência tanzaniana. (FP)

COOPERAÇÃO CONGO/URSS

BRAZAVILLE — O Congo assinou a União Soviética assinaram, na terça-feira, em Brazaville, um plano de cooperação cultural e científica para os anos 1978-1979, anunciou a agência congolês de Informação (ACI).

«A nossa cooperação é dinâmica e construtiva visto centrar-se na emancipação do homem», declarou o ministro congolês da Cultura, das Artes e dos Desportos Jean Baptiste Taty Louard. (FP)

NAMÍBIA NA O. I. T.

NAÇÕES UNIDAS (Genebra) — Uma comissão da 64.ª conferência da Organização Internacional do Trabalho recomendou, na quarta-feira, a admissão da Namíbia no O.I.T.

A Conferência plenária, compreendendo delegados governamentais patronais e sindicais de 136 países, deverá ainda ratificar, por maioria de dois-terços, esta proposta.

A FAO (Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura) admitiu já a Namíbia como membro. As outras organizações concedem-lhe só o estatuto de observador sem direito de voto. (FP)

KYPRIANOU EM LONDRES

NICOSIA — O presidente da República do Chypre, Spyros Kyprianou, deixou Nicósia, na quinta-feira de manhã, com destino a Londres onde terá conversações com o Primeiro-ministro britânico, James Callaghan, e ainda com os membros do governo deste último.

No decorrer destas conversações, Kyprianou procurará «clarificar a atitude do governo britânico sobre o problema do Chypre». (FP)

Presidente Ramalho Eanes chega hoje a Bissau

(Continuação da 1.ª página)

riado dos Negócios Estrangeiros que o mesmo terá lugar na própria capital do país e não em Bubaque, conforme se chegou a ventilar.

A comitiva presidencial é integrada pelo capitão Sousa e Castro, do Conselho da Revolução e esposa, pelo brigadeiro Gardia dos Santos, também do Conselho da Revolução e Chefe da Casa Militar da Presidência, pelo dr. Henrique Granadeiro, chefe da Casa Civil da Presidência, e pelo tenente-coronel Vaz Afonso, assistente militar da Presidência da República.

Fazem ainda parte da comitiva presidencial três assessores civis da Presidência

da República, um médico, um ajudante de campo, dois oficiais de segurança da Presidência da República, quatro agentes de segurança e um fotógrafo da Presidência da República.

O ministério português dos Negócios Estrangeiros será representado pelo seu ministro, Victor Sá Machado e esposa, pelo embaixador de Portugal em Luanda, dr. João de Sá Coutinho; pelo Chefe da Missão Integrada de Organização da Cooperação dr. Leite Cruz; pelo chefe do Gabinete Coordenador para a Cooperação, dr. José de Matos Parreira, pelo director-geral adjunto para organizações políticas dr. Luís Navega; pelo vice-chefe do Protocolo, dr. Rui Meira

Ferreira; pelo chefe da Repartição Política África/Ásia, dr. Paulouro das Neves e pelo director do Gabinete do Ministro, dr. Rui Avila.

Viajarão também, a bordo do avião presidencial os embaixadores da Guiné-Bissau e da República Popular de Angola, respectivamente os camaradas Filinto Barros e dr. Adriano João Sebastião. Por outro lado, já se encontravam em Bissau o director dos Serviços de Informação do MNE, dr. Antas de Campos e o dr. Sanches de Baena, dos Serviços de Protocolo de Estado, que também fazem parte da comitiva. A tripulação do avião que transporta o Presidente Ramalho Eanes é composta por 11 elementos.

Normalizar as relações entre Angola e Portugal

(Continuação da 1.ª página)

carros impressões para se normalizar as relações entre Angola e Portugal e, por outro lado, estabelecer os laços de cooperação que são necessários para um bom desenvolvimento da solidariedade entre os dois povos que se conhecem desde há séculos», afirmou o Presidente da República Popular de Angola, camarada Agostinho Neto, em declarações prestadas aos órgãos de Informação nacional e estrangeiras, à sua chegada a Bissau, na tarde de quinta-feira.

Referindo-se ao encontro «que o povo português e o povo angolano desejaram desde há muito tempo», explicou que o mesmo já tinha sido planeado há já vários meses mas que circunstâncias diversas, quer ao nível dos Chefes de Estado, quer de outras instituições nos dois países impediram a sua concretização.

«Quero sublinhar aqui mais uma vez a amizade do povo da Guiné, do seu Chefe de Estado, que nos facilita as condições propícias à realização do encontro pelo que praticamente, vai ser a Guiné o padrinho das conversações», sublinharia ainda o Presidente Agostinho Neto, ao falar da contribuição do nosso país para a concretização do encontro de Bissau.

REALÇADAS AS RELAÇÕES GUINÉ-BISSAU-ANGOLA

O Presidente angolano, que viaja acompanhado de sua esposa, camarada Maria Eugénia Neto e de uma importante delegação governamental que compreende os ministros Paulo Jorge, dos Negócios Estrangeiros e Ismael Martins, das Finanças, foi recebido à sua descida do avião pelo camarada Presidente Luiz Cabral e pelo Comissário Principal do Conselho de Comissários de Estado, camarada Francisco Mendes. Saudado por salvas de canhão e por uma companhia das

Forças Armadas Revolucionárias do povo que lhe prestou as honras militares da praxe ao som dos hinos nacionais dos dois países interpretado por uma banda musical, e após ter recebido os cumprimentos dos membros do Partido e Estado e do corpo diplomático acreditado em Bissau, o camarada Presidente Agostinho Neto seria aclamado vivamente por um grupo de pioneiros «Abel Djasji» que ofereceram, a ele e à esposa ramos de flor? Palavras de ordem como «O M.P. L.A. é o Povo o Povo é o MPLA» e «MPLA — de Cabinda até Cunene um só Povo, uma só Nação» e ainda «Com o MPLA a vitória é certa» foram proferidas pelos continuadores de Cabral».

«As relações que nós mantemos com a Guiné-Bissau não são simplesmente relações históricas ou de intenções por causa das nossas opções políticas e ideológicas, mas concretizadas em factos que se podem exemplificar nas visitas que fiz aqui e depois o camarada Presidente Luiz Cabral fez a Angola», afirmaria ainda o presidente angolano, falando das relações existentes entre o seu país e a Guiné-Bissau. «país amigo que como em Angola, Moçambique e S. Tomé, luta pela independência e que caminha no mesmo sentido da organização social e política do povo angolano». Agostinho Neto salientaria ainda a grande hospitalidade e simpatia do povo da Guiné-Bissau, dos seus responsáveis e especialmente do camarada Luiz Cabral que tem estado constantemente em contacto conosco». Durante a sua estadia, o chefe de Estado angolano deslocou-se a Bubaque, onde permaneceu até hoje, altura em que encontrará com o Presidente da República Portuguesa general Ramalho Eanes.

ULTIMAS NOTICIAS

KADHAFI NA HUNGRIA

BUDAPESTE — O coronel Mouammar El Kadhafi, secretário geral do Congresso Popular da Jamahiriya Líbia, encontra-se desde ontem em Budapeste para uma visita oficial de três dias à Hungria a convite do Primeiro secretário do PC húngaro, Janos Kadar e do presidente do Conselho presidencial, Pal Loso Czi, anunciou a agência MTI.

O chefe de Estado líbio efectua um périplo por vários países socialistas que o conduziu à Bulgária e à Tchecoslováquia. Na próxima segunda-feira, Kadhafi viajará para a RDA, segundo anunciou a A D N, acrescentando que esta visita se efectuará a convite de Erich Honnecker, chefe de Estado e do PC da RDA. (FP)

COOPERAÇÃO URSS TURQUIA

MOSCOVO — Alexei Kossyguine e Bulent Ecevit, respectivamente presidentes do Conselho de ministros da URSS e da Turquia, assinaram ontem, no Palácio do Kremlin um «documento político sobre os princípios da boa vizinhança e de cooperação amigável» entre a URSS e a Turquia, anunciou a agência TASS.

Andrej Gromyko e Gunuz Okcun, ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS e da Turquia, assinaram um acordo bilateral sobre a plataforma continental no Mar Negro, e um programa de intercâmbios culturais e científicos. O Primeiro-ministro turco efectua uma visita oficial à União Soviética, desde quarta-feira passada. (FP)

«BRIGADAS VERMELHAS» EM JULGAMENTO

TURIN — O Tribunal criminal de Turin, após 100 horas de deliberações, pronunciou, ontem à tarde, 29 condenações contra os membros das «Brigadas Vermelhas». Dezasseis outros inculcados foram ouvidos.

Argentina-Holanda amanhã em River Plate

Continuação da pág. 1.ª

lístico mais brilhante da sua história: Pelé, Garrincha, Didi, Zito, etc. Por outro lado, a selecção brasileira apresenta originalidade de ter perdido a única final que disputou no seu país, no Maracanã, onde foi vítima da garra e do talento do Uruguai em 1950.

Vencedor no primeiro mundial em 1930, o Uruguai tem dois pontos que com os três do Brasil, se igualam aos cinco títulos europeus divididos entre a Itália, que tem dois, a Alemanha Federal outros dois, e a Inglaterra que tem um.

Se perdurar a tradição, a selecção argentina além de realizar um sonho que enloquece 27 milhões de compatriotas, dará vantagem de um título à América na sua disputa com a Europa. Argentina e Holanda participarão pela segunda vez no último e decisivo actos das

taças de mundo: a final. Os argentinos foram derrotados pelo Uruguai em 1930 e os holandeses foram vencidos pela RFA em 1974 por 1-0.

O regulamento do campeonato do mundo de futebol prevê, em caso de empate no fim do tempo regulamentar, um prolongamento (duas vezes 15 minutos). Se este prolongamento não conseguir desempatar as duas equipas, elas jogarão um segundo desafio na 3.ª-feira (2 de Julho em River Plate. Esta segunda confrontação terá eventualmente um prolongamento em caso de empate no fim dos 90 minutos. Se o prolongamento não permitir o desempate entre holandeses e argentinos, proceder-se-á então à marcação de penaltys.

DESFORRA DA FINAL

Argentina e Holanda jogarão em 22 de Maio em Zurique uma desforra da final

do campeonato do mundo de futebol de 1978. Esta desforra será jogada por ocasião do 75.º aniversário da fundação da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA).

Hoje, o Brasil e a Itália defrontam-se para o terceiro e quarto lugares da classificação. O regulamento do campeonato não prevê um segundo jogo entre as duas equipas. Se no final do tempo regulamentar estiverem empatadas, haverá um prolongamento de 30 minutos, se não desempatarem, haverá marcação de penaltys.

Itália não poderá contar com dois médios (Romeo Benetti e Marco Tardelli) no seu jogo contra o Brasil. Advertidos na quarta-feira no desafio contra a Holanda, estes jogadores foram suspensos automaticamente por um jogo. Benetti tinha recebido o seu cartão amarelo contra a Argentina e Tardelli contra a França.

Namíbia admitida na OIT

GENEBRA — A conferência internacional do trabalho admitiu ontem a Namíbia como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por 369 votos a favor e 50 abstenções. A partir de agora a OIT tem 137 membros.

A resolução precisou que «enquanto durar a ocupação ilegal da Namíbia, o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia será considerada como o governo do território». (FP)

Acucar

C.E.E. impoe preços aos ACP

BRUXELAS — Os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), signatários da Convenção de Lomé, aceitaram na quinta-feira o aumento de dois por cento do preço do açúcar proposto pela CEE (Comunidade Económica Europeia), que esta última se compromete a comprar à primeira, anualmente, soube-se em Bruxelas.

Segundo o protocolo anexo à convenção de Lomé, o preço do açúcar garantido pela comunidade aos países ACP por uma quota de 1,22 milhão de toneladas será, a partir de 1 de Julho deste ano e até 30 de Junho de 1979, de 27,81 Unidade de conta por cada

100 quilos (1 U.C.=1,2 dólar).

Os países ACP reclamavam, a princípio, um aumento de nove por cento para compensar o aumento das suas importações provenientes dos países industrializados. Mas o protocolo da convenção de Lomé precisa que o aumento do preço do açúcar deve ser mantido no interior da gama de preços de açúcar na comunidade. A CEE não pretende fazer nenhuma concessão aos países ACP, sublinhando que o preço que ela garante aos ACP é actualmente de mais de 50 por cento superior aos preços praticados mundialmente. — (FP)